

# Superior Tribunal de Justiça

## INQUÉRITO Nº 819 - AM (2012/0245396-9) (f)

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**REQUERENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : V F T  
**ADVOGADOS** : SANDRA MARIA DO COUTO E SILVA - DF017696  
FABRICIO DO COUTO FORTES - DF020410  
MARCIA CHEILA FARIAS THOME - AM003471  
  
**REQUERIDO** : B C L  
**ADVOGADOS** : TIAGO CARDOSO PENNA - MG083514  
FLÁVIA MELLO E VARGAS - MG079517  
MELISSA DIAS DE OLIVEIRA SILVA - MG107132  
  
**REQUERIDO** : S M S M  
**ADVOGADOS** : TIAGO CARDOSO PENNA - MG083514  
FLÁVIA MELLO E VARGAS - MG079517  
MELISSA DIAS DE OLIVEIRA SILVA - MG107132  
  
**REQUERIDO** : A J M P  
**ADVOGADOS** : GABRIELA ROLLEMBERG DE ALENCAR - DF025157  
THIAGO MACHADO DE CARVALHO - DF026973  
RODRIGO DA SILVA PEDREIRA - DF029627  
  
**ADVOGADOS** : FLAVIA STELLA CARDOSO - DF032803  
ANTONIO MALVA NETO - DF034121  
RAFAEL SASSE LOBATO - DF034897  
PEDRO IVO GONCALVES ROLLEMBERG - DF054535  
  
**REQUERIDO** : J D DE G  
**ADVOGADOS** : TIAGO CARDOSO PENNA - MG083514  
FLÁVIA MELLO E VARGAS - MG079517  
MELISSA DIAS DE OLIVEIRA SILVA - MG107132  
  
**REQUERIDO** : A R D J  
**ADVOGADOS** : TIAGO CARDOSO PENNA - MG083514  
FLÁVIA MELLO E VARGAS - MG079517  
MELISSA DIAS DE OLIVEIRA SILVA - MG107132  
  
**REQUERIDO** : A M D  
**ADVOGADOS** : TIAGO CARDOSO PENNA - MG083514  
FLÁVIA MELLO E VARGAS - MG079517  
MELISSA DIAS DE OLIVEIRA SILVA - MG107132  
  
**REQUERIDO** : J R R T  
**ADVOGADOS** : TIAGO CARDOSO PENNA - MG083514  
FLÁVIA MELLO E VARGAS - MG079517  
MELISSA DIAS DE OLIVEIRA SILVA - MG107132  
  
**REQUERIDO** : S T V S H  
**ADVOGADOS** : TIAGO CARDOSO PENNA - MG083514  
JOÃO BATISTA DE ALMEIDA - DF002067  
FLÁVIA MELLO E VARGAS - MG079517  
MELISSA DIAS DE OLIVEIRA SILVA - MG107132  
LEONARDO SAMPAIO DE ALMEIDA  
LORENA MARIA DE ALENCAR NORMANDO DA FONSECA  
  
**REQUERIDO** : L F B DOS S

# Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : CELSO LUIZ BRAGA DE LEMOS E OUTRO(S) - DF017338  
ADVOGADOS : CARLA CARINE GONÇALVES ROSA - DF022411  
BRUNO MARTINS VALE - DF033877  
LUIZA MASCARIN MACHADO - DF030682  
SOC. de ADV. : LUIS FELIPE BELMONTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
REQUERIDO : H C D  
REQUERIDO : B D DE S C N  
ADVOGADOS : BEATRIZ VERÍSSIMO DE SENA - DF015777  
NATALI NUNES DA SILVA - DF024439  
CLÁUDIO BARBOSA BEZERRA - RR000939  
SERGIO ANTONIO GONÇALVES JUNIOR - DF039788  
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO - DF034238  
GUILHERME LEITE CHAMUM AGUIAR - DF051143  
SOC. de ADV. : SOUZA NETO E SENA ADVOGADOS ASSOCIADOS  
REQUERIDO : D G H  
REQUERIDO : J B B  
ADVOGADO : CLÁUDIO BARBOSA BEZERRA - RR000939  
REQUERIDO : O R DE S  
ADVOGADO : CLÁUDIO BARBOSA BEZERRA - RR000939  
REQUERIDO : C A DOS S V  
ADVOGADOS : MAURO SILVA DE CASTRO - DF049074  
ELISA JACOBINA DE CASTRO - DF059251

## DECISÃO

Em 19 de dezembro de 2018, os presentes autos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, para manifestação acerca das questões abordadas na decisão de fls. 14.952/14.959 desta Relatoria, devendo o *parquet* se posicionar expressamente sobre os seguintes tópicos:

- a) o avanço das investigações, o que inclui a perspectiva para a conclusão das diligências;
- b) a necessidade ou não de se manter a suspensão de pagamentos no processo judicial n.º 0054/1990.053.11.00, em curso perante o TRT da 11ª Região, determinada pelo então Relator do feito, eminente Ministro Gilson Dipp, às fls. 12.249.

Agora tornam os autos conclusos, com manifestação do Ministério Público Federal (fls. 14.991/15.016), por meio da qual o *parquet* aborda os dois tópicos acima destacados, formulando ainda pedidos de arquivamento, em relação a alguns investigados, e de declinação de competência, no que pertine aos demais.

Faz-se necessário registrar que, durante o período no qual os autos

# *Superior Tribunal de Justiça*

permaneceram com carga para o Ministério Público Federal, vários documentos foram juntados aos autos, alguns contendo requerimentos formulados por investigados ou por terceiros.

Esses documentos foram, à época do seu protocolo, autuados como expedientes avulsos, e agora, com a devolução dos autos, estão neles encartados, quais sejam:

- 1) da **defesa do advogado BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO**: pedido de **juntada de substabelecimento** e extração de **cópia integral dos autos** (fls. 14.983/14.984); e pedido de **habilitação de novos advogados** e vista dos autos, assegurada a obtenção de cópias (fls. 15.141);
- 2) do **Conselho Nacional de Justiça**: ofício solicitando **compartilhamento de provas** (fls. 15.033), já **deferido por meio do despacho de fls. 15.035/15.037**;
- 3) da **defesa dos Desembargadores do TRT da 11ª Região BENEDICTO CRUZ LYRA e SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS**; do **Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima ALMIRO JOSÉ MELLO PADILHA**; dos **Juizes do Trabalho da 11.ª Região JOSÉ DANTAS DE GOES, ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR, ADILSON MACIEL DANTAS e JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES**: pedido de **vista dos autos**, no gabinete, por 48 horas (às fls. 15.049), **deferido por meio do despacho de fls 15.051/15.052**; e novo pedido de vista dos autos, nos mesmos moldes do anterior (às fls. 15.274), **cujá apreciação se mostra desnecessária, em face do anterior deferimento, por meio do despacho de fls 15.051/15.052**;
- 4) de **Izauro Tavares Amorim**, sob a alegação de ser **cessionário** de direitos creditórios no processo 0005400/1990.0053: **pedido de vista dos autos**, por meio de acesso eletrônico ou em Secretaria/Gabinete (fls. 15.062/15.063);
- 5) da **defesa de SELMA THURI VIEIRA SÁ HAUACHE**, Juíza do

# *Superior Tribunal de Justiça*

Trabalho da 11.<sup>a</sup> Região: pedido de juntada de **certidão de julgamento expedida pelo TRT da 11<sup>a</sup> Região**, dando conta de **arquivamento da reclamação disciplinar** havida contra a requerente, ao tempo em que **requer o arquivamento do presente inquérito** em relação à sua pessoa (fls. 15.075/15.077); e pedido de juntada de **ata de sessão extraordinária do Pleno do TRT da 11<sup>a</sup> Região**, dando conta de arquivamento da reclamação disciplinar havida contra a requerente, reiterando, na ocasião, o já referido pedido de arquivamento do presente inquérito (fls. 15.269/15.273);

- 6) de **Ivo Cusin**, sob a alegação de ser **cessionário de direitos creditórios** no processo 0005400/1990.0053: pedido de acesso aos autos (fls. 15.088/15.089);
- 7) da **defesa do advogado LUÍS FELIPE BELMONTE DOS SANTOS**: pedido de **revogação da decisão que impede o pagamento dos servidores** no processo **054/90**, no **TRT da 11<sup>a</sup> Região**, bem como pedido de **arquivamento do inquérito**, notadamente quanto ao requerente, ocasião na qual junta aos autos exemplar do Diário da Justiça do Trabalho da 11<sup>a</sup> Região. no qual consta o **Acórdão em Matéria Administrativa de nº 4061/2015, do TRT da 11<sup>a</sup> Região**, que decide pelo **arquivamento de procedimento administrativo disciplinar** relacionado aos fatos aqui investigados (fls. 15.102/15.131).

Após a devolução dos autos, com a manifestação do Ministério Público Federal e todos os pedidos acima relacionados, a defesa do advogado **LUÍS FELIPE BELMONTE DOS SANTOS** protocolou nova petição, reiterando o pedido de **revogação da decisão que impede o pagamento dos servidores** no processo **054/90**, no **TRT da 11<sup>a</sup> Região**, bem como o pleito de **arquivamento do inquérito**, ocasião na qual junta aos autos farta documentação, em um total de **mais de 160 páginas, de fls. 15.291/15.453**.

A defesa do advogado **BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO**, requereu nova juntada de substabelecimento, bem como que **todas as**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**publicações e intimações** sejam feitas **exclusivamente no nome da Dra. Beatriz Veríssimo de Sena, sob pena de nulidade** (fls. 15.457/14.458). Juntou ainda, às fls. 15.469, memoriais, por meio dos quais requer a análise urgente do caso, em relação à revogação do bloqueio de valores nos autos do processo 5400-54.1990.5.11.0053.

Sendo o que havia a relatar, passa-se a decidir.

\*\*

Inicialmente, em relação aos pedidos acima relacionados, anote-se o seguinte:

- a) os pedidos descritos no **item 1, de juntada de substabelecimento, de habilitação de novos advogados** e de vista dos autos deve ser **DEFERIDO**, com fundamento na Súmula Vinculante 14, do col. Supremo Tribunal Federal, uma vez que formulado pela defesa de pessoa investigada nestes autos;
- b) aqueles referidos nos **itens 2 e 3** já foram apreciados e **deferidos**, conforme despachos de fls. **15.035/15.037 e 15.051/15.052**, respectivamente;
- c) também devem ser **DEFERIDOS** os pedidos referidos nos **itens 4 e 6**, uma vez que formulados por cessionários de créditos decorrentes da relação processual objeto do **processo judicial n.º 0054/1990.053.11.00**, tal como já fora antes deferido à pessoa jurídica B2 Prestação de Serviço Ltda, às fls. 14.560/14.563.

Com relação aos **itens 5 e 7**, considerando que ambos contêm pedidos de arquivamento do inquérito, em relação aos requerentes, entende-se que devam ser apreciados **em conjunto com os pedidos formulados pelo Ministério Público Federal**, em sua manifestação de fls. 14.991/15.016, a qual também contém **pedidos de arquivamento** - em relação a alguns investigados - além de propor o **declínio da competência**, em relação a outros.

Restam, assim, dois grupos de pedidos a serem apreciados neste momento, formulados, tanto pelo Ministério Público Federal, como por investigados:

- a) pedidos relativos à **revogação da suspensão dos pagamentos objeto do processo judicial n.º 0054/1990.053.11.00**, em curso perante o

# Superior Tribunal de Justiça

**TRT da 11ª Região**, por força da decisão de fls. 12.243/12.251 (volume 59) da lavra do ilustre **Ministro Gilson Dipp**;

b) pedidos relativos à continuidade ou não das investigações, seja pelo **declínio da competência**, seja pelo seu **arquivamento**.

Ordenadas as coisas dessa maneira, e considerando-se que a questão da suspensão de pagamentos atinge um número bem maior de pessoas, sendo que muitas delas sequer são investigadas nestes autos, passa-se a tratar inicialmente deste aspecto do feito, deixando para resolver os pedidos de declínio da competência e arquivamentos em momento posterior.

Quanto ao ponto, constata-se, inicialmente, que **o pedido de suspensão dos pagamentos** em questão foi formulado no início das investigações, em **petição protocolada pelo Ministério Público Federal, no dia 13/11/2012**, nos seguintes termos (fls. 46):

*2- que seja determinado à Presidência do Tribunal Regional Federal [sic] da 11ª região que se abstenha de liberar qualquer verba para pagamento relativo ao processo judicial nº 0054/1990.053.11.00, encaminhando imediatamente ao Superior Tribunal de Justiça cópia integral do mencionado processo a partir da folha 12.754, bem como dos autos de todos os autos de precatórios expedidos até o momento;*

*3- que seja determinada à Superintendência do Banco do Brasil em Boa Vista, Roraima, a imediata suspensão de qualquer pagamento vinculado ao processo judicial nº 0054/1990.053.11.00; e a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópias dos documentos correspondentes aos pagamentos já efetuados, conforme alvará judicial nº 410/2011, expedido pelo Juiz do Trabalho JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, coma identificação dos beneficiários, datas e valores, bem como das atualizações recebidas do SINTER para esse efeito;*

Não há, nas 55 páginas da petição por meio da qual o Ministério Público Federal requereu a instauração do inquérito, uma fundamentação específica para a suspensão dos pagamentos então pleiteada. Apenas a narração de diversos fatos processuais, relativos ao caso investigado, os quais apontariam indícios de que os investigados teriam se associado para "*através de processo judicial sem publicidade, em face do segredo de justiça decretado, desviar em proveito próprio ou alheio quase quinhentos milhões de reais dos cofres públicos federais, causando graves prejuízos não*

# Superior Tribunal de Justiça

só ao erário como também aos sindicalizados substituídos" (fls. 45).

Além disso, teriam os investigados negociado "*fraudulentamente com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, os supostos créditos de precatórios*", além de haver indícios de que os créditos precatórios adquiridos fraudulentamente "*tenham sido utilizados para a compra de imóveis públicos da própria União ou para a compensação de tributos federais, com base nos artigos 1º, § 11, e 6º, da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009*" (fls. 45).

A decisão que determinou a instauração do inquérito (fls. 12.243/12.265, volume 59) **deferiu os pedidos de suspensão de pagamentos**, nos exatos termos em que formulados pelo Ministério Público Federal:

No tocante às **diligências de nºs 2 e 3, defiro-as para:**

- a) **oficiar à Presidência do TRT da 11ª Região, para que se abstenha de liberar qualquer verba para pagamento relativo ao processo judicial nº 0054/1990.053.11.00, bem como a fim de que encaminhe cópia do referido processo a partir da folha 12.754 e dos autos dos precatórios expedidos até o momento. Cópia da inicial deverá instruir o ofício;**
- b) **oficiar à Superintendência do Banco do Brasil em Boa Vista/RR, determinando a imediata suspensão de qualquer pagamento vinculado ao processo judicial nº 0054/1990.053.11.00; e a remessa em 10 (dez) dias, de cópias dos documentos correspondentes aos pagamentos já efetuados conforme alvará judicial nº 410/2011, expedido pelo Juiz do Trabalho JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES, com a identificação dos beneficiários, datas e valores, bem como das atualizações recebidas do SINTER para esse efeito;**

Embora essas suspensões de pagamentos tenham sido tratadas apenas como **diligências**, de modo que não restou explicitada a sua natureza jurídica, pode-se deduzir que tais medidas tiveram como finalidade **garantir a utilidade da persecução penal, o que revela a sua natureza cautelar**.

As medidas cautelares, como se sabe, servem "*de instrumento para se atingir o fim colimado pelo processo de conhecimento, qual seja: a solução do caso penal*" (RANGEL, Paulo. *In Direito Processual Penal*, São Paulo: Atlas, 2018, p. 786).

Deduz-se, assim, que as suspensões de pagamentos em questão caracterizaram-se como medidas cautelares penais, reguladas pelo art. 282 do Código de

# Superior Tribunal de Justiça

Processo Penal, com a redação que lhe deu a Lei 12.403/2011:

*Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:*

*I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;*

*II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.*

Sobre os dispositivos legais acima transcritos, **Walter Nunes da Silva**

**Júnior** comenta:

*São duas questões distintas: (a) a necessidade e (b) a adequação. Em relação à necessidade, discorremos no item 6.1.4, supra, quando tratamos da excepcionalidade das cautelares, uma vez que só podem ser decretadas nas hipóteses em que presente um dos fundamentos estatuídos no art. 282, I, do CPP.*

*Ao lado da necessidade, uma vez que agora há a possibilidade da aplicação de diversas espécies de medidas cautelares, mostrou-se pertinente estabelecer critérios normativos (art. 282, II, do CPP) a fim de orientar o juiz na definição de qual medida cautelar a aplicar - se detentiva, ou não, e, se diversa da prisão, qual delas, isolada ou cumulativamente. Os critérios são os seguintes: adequação (a) da medida à gravidade do crime; (b) às circunstâncias do fato; e (c) às condições pessoais do acusado. Pela forma como redigido o caput do art. 282 ("As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:"), evidencia-se que o juiz há de sopesar os três critérios.*

*(In **Reforma Tópica do Processo Penal**, Rio de Janeiro: Renovar, 2012, p. 455)*

Nessa linha de raciocínio, pode-se deduzir que, por ocasião da instauração do inquérito, entendeu-se que estariam atendidos os pressupostos inscritos nos incisos I e II do dispositivo legal acima transcrito. É fácil supor, pelas circunstâncias havidas à época de sua prolação, que essa preocupação existiu, motivando a adoção da medida.

Com o tempo consumido pelo avançar das investigações, iniciadas ainda em novembro de 2012, os efeitos colaterais da suspensão de pagamentos foram-se tornando aparentes, notadamente em face da grande quantidade de pessoas que têm crédito a receber, no âmbito do **processo n.º 0054/1990.053.11.00**, em curso perante o **TRT da 11ª Região**, e não são investigadas.

Bem ilustra esse quadro, a petição de fls. 14.200/14.201, protocolada em



# Superior Tribunal de Justiça

17/3/2015, na qual o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima – SINTER alega que *"existem inúmeros casos de servidores e familiares que se encontram em precárias condições de saúde, o que recomenda que o processo possa ter sua tramitação o mais adiantada possível, inclusive para efeito de quando se verificar liberações de pagamento não sobejarem mais pendências processuais"*.

Mencione-se, ainda, a esse respeito, o já referido **ofício SEPOD/CÍVEL n. 111/2018**, datado de 11/10/2018, oriundo da **2ª Vara Federal de Boa Vista-RR**, e documentos a ele anexos (fls. 14.832/14.916), que informa a existência de *"ações de execução coletiva e individual de sentença, objetivando a cobrança de créditos que são oriundos dos autos da Reclamação Trabalhista n. 0054/1990, que tramita na 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista/RR, cujos valores restaram indisponíveis por decisão do ilustre Ministro GILSON DIPP"*.

O certo é que, **passados mais de seis anos**, desde a data da decisão que decretou a suspensão dos pagamento (22/4/2013), o próprio **Ministério Público Federal**, em sua manifestação de **fls. 14.991/15.016**, entende que **a medida cautelar não mais se faz necessária**, ao dizer que:

78. *Os efeitos da referida decisão permanecem hígidos. Porém, o atual estágio da persecução penal, mormente em razão das proposições ora apresentadas, impõe o levantamento da decisão proferida nestes autos, que determinou o bloqueio dos pagamentos oriundos da Reclamação Trabalhista nº 0054/1190.053.11.00.*

79. *Logo, permitir-se-á que os titulares dos direitos, desde que regularmente reconhecidos por decisões legitimamente proferidas pela Justiça do Trabalho, a exemplo das decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, nos autos do processo nº 0000719-07.2014.5.11.0051, e do Tribunal Superior do Trabalho, no ROMS nº 0000373-20.2011.5.11.0000, além de outras prolatadas, portadores dos respectivos alvarás expedidos por ela, finalmente levarem os valores que lhes são devidos. Observe-se que sobredita solução não impede que o juízo criminal ao qual a competência para a continuidade do inquérito em desfavor dos investigados não detentores de prerrogativa de foro perante o STJ decreta novas medidas assecuratórias para garantia do ressarcimento ao erário federal e ao pagamento de eventuais multas criminais.*

Requer, em vista de sua argumentação:

*e) a revogação da decisão proferida neste inquérito, de bloqueio*

# Superior Tribunal de Justiça

*de pagamentos oriundos da ação nº 5400-54.1990.5.11.0053, permitindo-se que os titulares dos direitos, desde que regularmente reconhecidos por decisões legitimamente proferidas pela Justiça do Trabalho, a exemplo das decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, nos autos do processo nº 0000719-07.2014.5.11.0051, e do Tribunal Superior do Trabalho, no ROMS nº 0000373-20.2011.5.11.0000, além de outras prolatadas no âmbito trabalhista, portadores dos respectivos alvarás expedidos por ela, **finalmente levarem os valores que lhes são devidos**. Isso, sem prejuízo de que o juízo criminal ao qual a competência para a continuidade do inquérito em desfavor dos investigados não detentores de prerrogativa de foro perante o STJ decreta novas medidas assecuratórias para garantia do ressarcimento ao erário federal e ao pagamento de eventuais multas criminais.*

Nesse particular, anote-se que a defesa do advogado **BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO**, em seus memoriais de fls 15.459/15.459v, em que pese corroborar o pedido formulado pelo Ministério Público Federal, de revogação da decisão que determinou o bloqueio, argumenta:

*Esta primeira parte está em perfeita consonância com os ditames legais, **contudo**, data máxima vênia, o Ministério Público Federal extrapola os limites do presente inquérito ao tentar **impor parâmetros de pagamentos dos precatórios, defeso nesta seara judicial**.*

*Ao pedir a delimitação do modus operandi de como ocorrerá os pagamentos, invade a competência de outros juízos, ou seja, é uma indevida interferência na atuação jurisdicional.*

*Neste sentido, destaca-se um trecho retirado da decisão de 10 de setembro de 2015, proferida por Vossa Excelência no presente inquérito:*

*"Não tramitam neste Tribunal Superior o processo de execução contra a Fazenda Pública, oriundo da Reclamação Trabalhista nº 0054-1990-053110, nem o processo administrativo de Precatório dele decorrente. Tais processos têm curso em suas sedes próprias, quais sejam, o juízo de primeiro grau, para a execução, e a Presidência do eg. Tribunal Regional do Trabalho - TRT, para o precatório. NESTA CORTE TEM CURSO APENAS O INQUÉRITO DESTINADO A APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE CRIME, embora o objeto da investigação possa se relacionar com o Precatório e com a execução e até repercutir neles".*

*Portanto, Excelência, a **revogação da decisão proferida neste inquérito, de bloqueio de pagamentos oriundos da ação nº***

# Superior Tribunal de Justiça

**5400-54.1990.5.11.0053, é medida necessária e urgente, porém a forma de tramitação deve ser definida em sedes próprias.** (Os grifos são do original).

De fato, consta destes autos ofício da **Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho**, datado de **18 de dezembro de 2013**, por meio do qual aquele órgão do Ministério Público informa haver constituído grupo especial de trabalho, **"a fim de investigar, no âmbito da Justiça Laboral, as irregularidades constatadas na ação trabalhista 0054.1990.053-11-00-6, que tramita na 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista-RR"** (fls. 13.961, volume 65).

No mesmo ofício, a **Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho** solicita o **compartilhamento das provas** até então colhidas nestes autos, no que foi então atendida, conforme consta do despacho de fls. 14.250/14.252, volume 66).

O **Ministério Público Federal**, por sua vez, destaca, em sua manifestação de fls. 14.991/15.016, a atuação do **Ministério Público do Trabalho**, ao relatar o seguinte (fls. 15.013):

81. Assim é que o Ministério Público do Trabalho ajuizou **ação civil pública, com pedido de condenação em dano moral coletivo**, perante a Justiça do Trabalho, para discutir supostas **irregularidades envolvendo a assistência jurídica dos empregados filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima (SINTER)**. Afirmou o MPT que a **retenção de honorários advocatícios contratuais** dos créditos dos trabalhadores substituídos, **aliado aos honorários deferidos em sentença**, teria representado **bis in idem e ilegalidade**, em face do dever do ente sindical em promover a assistência jurídica gratuita a seus filiados.

82. A **ação foi julgada parcialmente procedente para condenar o SINTER, a prestar assistência jurídica gratuita para os integrantes da categoria profissional** que representa, e todos os réus, a saber, **SINTER, LUIS FELIPE BELMONTE DOS SANTOS, LUIS FELIPE BELMONTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS e ALMIRO JOSÉ MELLO PADILHA**, para que **se abstenham de deduzir ou autorizar a cobrança de qualquer valor, a título de honorários advocatícios**, dos integrantes da categoria profissional pela assistência jurídica prestada.

83. **Inconformados, o MPT e todos os réus recorreram.** Ao final, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho para incluir na condenação do SINTER **"a abstenção de deduzir ou autorizar a cobrança de qualquer valor a**

# Superior Tribunal de Justiça

título de honorários advocatícios dos integrantes da categoria profissional pela assistência jurídica prestada, direta ou indiretamente, nos autos do processo nº 0005400-54.1990.5.11.0053 que tramita perante a 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista, além da parcela de indenização por danos morais coletivos no importe de R\$100.000,00, a ser revertida a entidade filantrópica associada ao ramo da educação no Estado de Roraima, que será indicada pelo Autor em sede de execução de sentença. Ficam os demais réus absolvidos de todas as obrigações postuladas na exordial” (acórdão em anexo).

84. No âmbito do **Tribunal Superior do Trabalho**, já em **23/2/2016**, os Ministros da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, deram provimento ao ROMS nº 0000373-20.2011.5.11.0000, “para **conceder o mandado de segurança**” impetrado pelo MPT e “**cassar a decisão que determinou a dedução dos honorários advocatícios contratuais dos créditos dos substituídos no processo nº 5400-54.1990.5.11.0053 e determinar a suspensão de qualquer ato que implique a liberação de valores atinentes a honorários advocatícios contratuais sem a expressa autorização de todos os substituídos na ação principal**” (acórdão em anexo).

85. Nesse contexto, levando em conta a conclusão do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, **quanto à ilegalidade da retenção e desconto dos honorários contratuais**, com determinação de suspensão de qualquer ato que implique a liberação de valores a esse título, **requer o Ministério Público Federal a revogação da decisão de bloqueio de pagamento proferida neste inquérito, na extensão e com estrita observância aos limites impostos pelos TST e pelo TRT da 11ª Região.**

Vê-se, portanto, que a própria **Justiça do Trabalho**, usando dos meios processuais dos quais dispõe, mediante a atuação inclusive do **Ministério Público do Trabalho**, vem cuidando para que os valores devidos no âmbito do **processo nº 0054/1190.053.11.00**, sejam pagos a quem de direito, reduzindo ao mínimo o risco de locupletamento indevido, seja a que título for.

De tudo o que foi visto até aqui, em face das circunstâncias fáticas atuais, e à luz disposto no art. 282 do Código de Processo Penal, é de se reconhecer que:

- a) já não se configura a **necessidade de cautela, para evitar a prática de infrações penais (art. 282, I, CPP)**, em relação aos **pagamentos a serem feitos no âmbito processo judicial nº 0054/1190.053.11.00**,

# *Superior Tribunal de Justiça*

**em curso no eg. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em face do acompanhamento do caso, tanto pelo Ministério Público Federal como pelo Ministério Público do Trabalho, junto à Justiça do Trabalho no Estado de Roraima;**

b) também se mostra superada **a medida cautelar em questão (art. 282, II, do CPP)**, uma vez que esta vem causando graves transtornos a terceiros, que sequer são investigados.

Assim, o quadro fático atual dá ensejo à aplicação do § 2º do já citado art. 282 do Código de Processo Penal:

*§ 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.*

Desse modo, tendo-se em conta o que dispõem os incisos I e II, e o § 5º do art. 282 do Código de Processo Penal, é o caso de se revogar a medida cautelar então deferida.

\*\*

Com base nessas considerações, e acatando a manifestação do Ministério Público Federal, **REVOGAM-SE as medidas judiciais contidas nas alíneas "a" e "b" das fls. 12.249, que suspendiam a liberação de verbas e a suspensão de pagamentos relativos ao processo judicial nº 0054/1190.053.11.00, em curso no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, cabendo ao Ministério Público do Trabalho atuar junto às diversas instâncias da Justiça do Trabalho, para que os pagamentos sejam feitos aos legítimos titulares dos valores devidos no processo em questão, sem prejuízo de que o próprio Superior Tribunal de Justiça, ou eventual juízo criminal para o qual venha a ser declinada a competência para a continuidade do inquérito, decrete novas medidas cautelares ou assecuratórias que venham a se mostrar necessárias.**

Cumpra-se. Intimem-se.

Após, retornem os autos conclusos, para deliberação acerca dos pedidos de **declínio da competência e de arquivamento.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator

